



Economia Real

Luís Mira Amaral

geral@forumcompetitividade.org

DÉFICE ZERO?

Tiro o chapéu a Mário Centeno. Tem feito orçamentos para serem aprovados pela esquerda, mas depois a execução, com as cativações, agrada aos mercados e a Bruxelas!

O défice nominal tem descido graças às baixas taxas de juro, à fabulosa conjuntura, ao aumento dos impostos indiretos e a essas cativações. Essas medidas discricionárias permitiram grandes aumentos da despesa corrente com pessoal à custa do corte do investimento público e das verbas de funcionamento e teremos agora mais 1320 milhões euros de receita fiscal volátil financiando um acréscimo de 1100 milhões de euros em despesas rígidas.

Para 2019 os dividendos da CGD e do Banco de Portugal (o qual executa a política do BCE, obtendo mais-valias nos títulos da dívida pública) também contribuem para chegarmos a um défice nominal nulo. Mas já devíamos ter um superavit nesta fase alta.

O ajustamento orçamental é assim devido a fatores conjunturais, sem consolidação estrutural. Tal é evidente na evolução do défice estrutural. Como o nome indica, um saldo estrutural revela a verdadeira estrutura das finanças públicas, ajustadas do ciclo económico e

**Quem se mete com os
rendeiros da eletricidade
é odiado e entalado...
O champanhe voltou
a jorrar**

expurgadas das receitas e despesas extraordinárias (“one shot”). Sem a redução dos juros da dívida pública (santo BCE) e sem esses dividendos, entre 2016 e 2019 o défice estrutural cairia apenas 0,5 pontos percentuais do PIB. Além disso, como para o ajuste ao ciclo económico é preciso estimar o PIB potencial, este parece-me empolado, levando a um aumento da receita estrutural, em detrimento da conjuntural, com o consequente efeito positivo na redução do défice estrutural apresentado.

Esgotados os fatores conjunturais do nosso crescimento, o OE-2019 deveria apoiar o lado da oferta e a competitividade das empresas.

Na linha da despreocupação sobre a competitividade, registou também as mudanças governamentais na energia, Seguro Sanches aguentou mais do que se esperava pois, como sabemos, quem se mete com os rendeiros da eletricidade é odiado e entalado... O champanhe voltou a jorrar.

Também não é necessária competência técnica nesta área pois, como explicou ao “Público” o ministro em Transição do CO₂, a política energética é um subproduto da política ambiental e, como temos visto, a eletricidade é apenas um produto financeiro para os promotores e investidores à procura de rendas excessivas. Matos Fernandes também esqueceu o sector dos transportes na descarbonização, onde era imperioso apostar na ferrovia no médio-longo curso.

Engenheiro (IST)
e Economista (Msc NOVASBE)